

A DOCTRINA DA ESSÊNCIA X EXISTÊNCIA NA METAFÍSICA

Diego de Sousa Marques

E-mail: dsousamarques@gmail.com

Graduando dos Cursos de Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC e de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

RESUMO

Este trabalho representa um estudo histórico-conceitual, no âmbito da filosofia, e, mais precisamente, da metafísica aristotélico-tomista, sobre as principais disposições encontradas acerca dos termos “essência” e “existência”. Principalmente, o que nos foi exposto pelos filósofos do período da Escolástica, em especial, Santo Tomás de Aquino, que deu expressiva ênfase a essa doutrina, apesar de já ter sido muito bem exposta pelos neoplatônicos árabes, dando destaque a Avicena criador da doutrina que distinguia os termos, e a expusera em sua *Metafísica II*, a quem Santo Tomás seguiu em contrapartida a modificação apresentada, concernente a essa distinção, por Maimônides, contemporâneo de Avicena que reduziu a existência a um simples acidente da essência.

Palavras-chave: Essência. Existência. Metafísica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva fazer uma concisa análise a respeito da doutrina da metafísica aviceniana que distinguia “essência” de “existência”, tendo em vista a influência que gerou tal doutrina na filosofia escolástica, onde destaca-se o intento de Santo Tomás em resgatar o posicionamento de Avicena, rompido por Maimônides, que reduz a existência a condição de acidente da essência. De grande importância, tal distinção, do ponto de vista metafísico do ser, pois configura uma nova tomada de rumo aos latentes estudos aristotélicos sobre ato e potência, e principalmente, sobre a questão do motor imóvel como supra-essência do ser.

Através dessa temática da distinção metafísica criada Avicena, Santo Tomás perpassa à comprovação de ordens condicionantes do ser, onde uma, necessariamente deve preceder a outra, da mesma forma que se representava, fazendo-se uma analogia, o “ato” e a “potência” para Aristóteles, analisando-se assim a razão e a substância necessária de cada ser.

Portanto, assim como tivemos uma oposição que ocorreu principalmente na filosofia socrática entre aparência e realidade, mas que perdurou para todo o sempre, refletiremos sobre essa doutrina da distinção entre essência e existência, análoga a de Aristóteles, já que nos lembra suas distinções, concernente ao ato x potência, ao ser x ente, aos seus transcendentais x universais, ou seja, partiremos da oposição aristotélica entre matéria e forma, e refletiremos a oposição medieval entre essência e existência.

CONTEXTO HISTÓRICO

É próprio do homem, enquanto ser racional, se questionar. O homem sempre se questionou diante de temas misteriosos, complexos e desafiadores, como a origem ou o fim do universo, do nosso cosmo, e também suas peculiaridades como sua natureza, suas causas e seus significados. O homem é capaz de admirar um acontecimento, enquanto outro se enche de questionamentos, principalmente, de como esse acontecimento pode ter alguma relação com outra coisa que não esteja perceptível, de imediato, a maioria deles, mas que esteja claro para alguns poucos. Os homens, apesar

das muitas semelhanças físicas, se distinguem a ponto de podermos afirmar com toda segurança que nenhum é igual ao outro, porque ninguém é capaz de conhecer completamente outro homem. Em uma busca infinita de conhecimento o homem se modifica a cada instante, e essa busca de um conhecimento capaz de transcender a realidade imediata dos acontecimentos constrói o que entendemos por filosofia, pensamento este que ao longo da história percorreu uma inimaginável diversidade de caminhos, perseguiu variados interesses, desenvolveu métodos e mais métodos de reflexão e com alcançou inúmeras conclusões, constituindo diversos sistemas filosóficos.

A filosofia ganhou muitos conceitos, apesar de seu significado etimológico derivado do grego, que nos dá o sentido de busca da sabedoria, apontando para um saber mais profundo do homem e da natureza, capaz de transcender os conhecimentos concretos e nortear o comportamento humano diante dos acontecimentos da vida. Muitos filósofos deram sua própria definição ao termo, adequando-a a seu estilo ou ideal filosófico. Aristóteles, a quem destacamos, definiu a filosofia como sendo “a totalidade do saber possível que não tenha de abranger todos os objetos tomados em particular”. Mas a filosofia pode ser entendida como uma busca ou uma justificação racional dos princípios universais ou primeiros das coisas, das ciências ou dos valores, bem como uma reflexão sobre a origem e validade das ideias, dos pensamentos, das concepções que o ser humano elabora sobre seu próprio ser e sobre os demais que o cerca.

Não é difícil retratar a evolução histórica do pensamento filosófico, já que o que se tem visto é que a filosofia sempre foi uma constante disputa de concepções e correntes doutrinárias antagônicas, assim o foi com os materialistas e os idealistas ou com os racionalistas e os empiristas. Isso decorre da impossibilidade do homem ter uma visão total de todos os fatos da realidade, o que o desafia a alcançar a sabedoria, começando a entender o mundo que o cerca a partir da descoberta de si mesmo, tendo uma ampla compreensão das limitações do seu pensamento.

Aristóteles deu à cultura ocidental os parâmetros do conceito de filosofia, distinguindo-a do mito já que para ele seria próprio dos filósofos o dar a razão daquilo que falam, e para o mito o ser a razão daquilo que falam, ou seja, a

filosofia seria uma explicação racional e argumentada da realidade, num entendimento de filosofia indistinta das demais ciências.

Assim se a filosofia for analisada sob o aspecto investigativo de uma substância ou de um objeto norteador, diríamos que a filosofia grega anterior a Sócrates, desenvolveu uma metafísica da matéria, pois o seu objeto principal era a reflexão acerca da origem e da natureza do cosmo e dos elementos que o constituem e que permitem lhe explicar. Em especial destacam-se Parmênides¹ que não admitia o nada, o movimento e a mudança, somente admitia o ser, total, imutável e compacto e, Heráclito² que contrariamente afirmava que somente existia o movimento, a mudança, o devir. Temos nesse mesmo período o surgimento da metafísica do número com Pitágoras³ que aos números, as formas e as relações matemáticas a condição de essência de todas as coisas, e a transmigração da alma como as várias formas de existência do ser espiritual. Já no pensamento pré-socrático o embate é entre o materialismo e o idealismo, entre o relativismo antropológico e a afirmação de grandes valores transcendentais como a moral, a bondade, a educação. Daí à frente, cabe-nos destacar os sofistas⁴ e seu relativismo antropológico, onde defendiam o posicionamento de que sendo o conhecimento sobre o mundo real impossível, o que importa é somente as aparências, a influência do poder, ou seja, o ser configura sua própria realidade à sua medida. Platão, por sua vez, considerava que duas realidades, logo o que percebemos são imagens de

¹ Parmênides (século V a.C.), foi o fundador da escola eleática, sua doutrina dizia que nada pode começar a existir, nem tampouco desaparecer, porque assim procederia do nada, o que não é possível porque o nada não existe.

² Heráclito de Éfeso (século VI a.C.) defensor do movimento, criador do devir, dizia que tudo flui e nada permanece. modernas, não existe uma contradição aparente, entre Parmênides e Heráclito, partindo do pressuposto de que suas respectivas doutrina enfocam dois planos diferentes do ser: o absoluto (metafísico) e o cosmos (físico).

³ Pitágoras de Samos (século VI a.C.), bom conhecedor do Oriente e do Egito, fundador de um grupo ao mesmo tempo científico e religioso, introduziu na Grécia a idéia da reencarnação das almas com uma ideia de transmigração por várias formas de existência. Sua principal contribuição à filosofia foi considerar os números, as relações e formas matemáticas como a essência e a estrutura de todas as coisas. Cada coisa possui um número (*arithmós arkhé*), que expressa a "fórmula" da sua constituição íntima. De outro lado, as leis que governam o cosmos são também relações matemáticas.

⁴ Os sofistas fizeram do ato de pensar uma profissão remunerada. Seu ceticismo em gnosiologia levou-os a uma moral oportunista, o que prejudicou sua doutrina que apesar das críticas, possuía boas concepções. Sendo impossível conhecer o mundo real, o que importa são as aparências e, por conseguinte, o êxito na vida e a influência sobre os outros. Daí o valor que concederam à retórica e à oratória. A célebre máxima "o homem é a medida de todas as coisas" constitui um resumo do relativismo filosófico dos sofistas.

realidades que existem apenas no mundo das ideias, imutáveis e presididas pela ideia do bem, o que levou toda a filosofia posterior a continuar se questionando sobre onde estão as essências imutáveis que fundamentam uma ciência ou os valores morais ou éticos, e buscarem saber se essa essência não passaria de uma probabilidade de uma existência. O que faz com que Aristóteles separe “trigos dos joios”, organizando o a filosofia ocidental e especialmente a metafísica e a lógica, que jamais variaram até então. O método aristotélico associou essa sistematização racional, bastante radical, a uma observação minuciosa do estudo filosófico e do ente enquanto ente, diante da aparição da moderna lógica formal ou matemática que apresentava. E a partir daí a filosofia se divide em racionalista e empirista, restando a eterna dúvida se Aristóteles pertence a uma ou a outra corrente, já que se nota seu posicionamento intermediário quando defendia que o conhecimento vem ao ser humano pela experiência (empirismo), mas só se tornaria válido quando estivesse em conformidade com os princípios lógicos (racionalismo). A filosofia, posterior com as traduções e comentários dos textos aristotélicos, na sua grande maioria pelos pensadores judeus como Maimônides e, árabes como Avicena e Averróis, desemboca na chamada Escolástica, onde encontramos uma Idade Média com novas vertentes teológicas em que se despertavam os interesses pela metafísica e pela lógica, principalmente através de Santo Alberto Magno e Santo Tomás de Aquino que se dedicaram especialmente a essa adaptação à filosofia aristotélica se impondo as grandes dificuldades oriundas das condenações eclesiásticas, já que frente a esse aristotelismo tomista sobreviveu na filosofia medieval a corrente agostiniana, idealista.

CONCEITO DE ESSÊNCIA

Na metafísica aristotélica, fazem-se necessários alguns esclarecimentos, a saber, a ideia de ser, que nos exige uma atenção especial. Quando nos referimos ao ser metafísico, devemos deixar muito claro que ser é este. Algumas peculiaridades nos ajudam a distingui-los, por exemplo, se se fala em abstração racional do ser ou em ser pensado que nos é posto a uma dada realidade, estará se falando em ser da razão, se fala-se em ser em si, ser condicionante ou em subsistência ontológica, estará se referindo ao Ser Deus,

agora se fala-se em ato e potência ou subsistência accidental, trata-se do ser ente, mas se por sua vez tratar-se de espécie que não subsiste ontologicamente, é ser universal e, não subsiste accidentalmente com relação à ideia, ou ainda ser puro, fala-se em ser Transcendental. Esse entendimento se deve ao fato de que quando nos referimos ao termo essência, nos remetemos a dois elementos essenciais ao ser em ato e em potencia: a substância e a causa. Sendo que consiste ainda em requisitos objetivos e subjetivos de cada ser puro ou em sua espécie. Por fim as essências são eternas, são abstraídas no tempo e condicionam a subsistência ontológica do Ser.

Santo Tomás parte da distinção precisa do ser das criaturas, separável da sua essência e, portanto, criado, do ser de Deus, idêntico à essência e, portanto, necessário:

Esses dois significados do ser não são *unívocos*, isto é, idênticos, nem *equivocos*, isto é, simplesmente diferentes; são *análogos*, ou seja, semelhantes, mas de proporções diversas. Só Deus tem o ser por essência; as criaturas o têm por participação; elas, enquanto são, são semelhantes a Deus, mas Deus não é semelhante a elas (SANTO TOMÁS, b., I, q, 4, a. 3).

Logo, nota-se a necessidade de entendermos a distinção do ser na metafísica, principalmente quando tratamos de abstrações, como é o caso da definição de essência, de substância, de causa.

Essência, pois, é um termo muito abrangente que possui diversas definições, já que pode ser tomado por diversos pontos de vista e remetê-la a qualquer objeto, a qualquer coisa ou a qualquer ser. Não confundamos o termo essência com o termo essencial que tem significado relativo à essência, o significado mais comum e genérico desse adjetivo é o que equivale a importante. O primeiro conceito de essência que abordamos é o dado por Nicola Abbagnano:

Por este termo, entende-se Em geral qualquer resposta à pergunta: o *quê?* P. ex., nas expressões: "Quem foi Sócrates? Um filósofo", "O que é o açúcar? Uma coisa branca e doce", "O que é o homem? Um animal racional", as palavras "um filósofo", "uma coisa branca e doce", "um animal racional" exprimem a Essência das coisas a que se faz referência nas respectivas perguntas. Algumas dessas respostas limitam-se a indicar uma qualidade do objeto (p. ex., a de ser branco e doce), ou um caráter (como o de ser filósofo) que o objeto também poderia não ter. Outras, como p. ex. a que afirma que o homem é um animal racional, parecem indicar algo a mais, um caráter que qualquer coisa chamada "homem" não pode não possuir e que, por isso, é um caráter *necessário* do objeto definido. Nesse último caso, a

resposta à pergunta o *quê?* Não enunciou simplesmente a Essência da coisa, mas sua Essência *necessária* ou sua *substância*, e pode ser assumida como sua *definição* (ABBAGNANO, 2007, p. 356).

Note-se que podemos distinguir a essência que é qualquer resposta a pergunta “o quê?”, da essência necessária ou substância do ser, ou seja, é uma condicionante do ser ou da coisa ou do objeto, pois significa o que ele não pode não ser. Dessa forma nos ateremos a essência como causa, como o porquê do ser, da coisa ou do objeto, que é capaz de condicionar o ser como por exemplo, no caso de dizermos que o homem é um animal, isso não condiciona todo animal a ser um homem, mas se dissermos que o homem é um animal racional, ser racional condiciona o animal a qualidade de homem e representa essência do ser humano.

Aristóteles é o fundador da teoria da Essência, mas também é fundador da teoria da substância, apesar do precedente em Platão sobre esta teoria, atribuindo-lhe a Sócrates que se referia à essência necessária como as *virtudes na sua inteireza*, ou seja, o que a virtude não pode não ser em qualquer circunstância. É a isso, exatamente, que Aristóteles dará o nome de substância, que entendemos como fundamento ou simplesmente como qualidades em alguns casos. Mas a identificação de essência como substância encontra-se também em Plotino, que a relaciona com o estado das coisas no mundo inteligível, ou seja, no *Nous* divino, mas não só com esse estado. Pois entende Plotino que:

Aqui, tudo está na unidade, de tal modo que são idênticos a coisa e o porquê da coisa [...]. Na verdade, o que poderia impedir esta identidade e impedir que ela constitua a substância de cada ser? Assim é necessariamente, como vê quem procura compreender a essência necessária (AGOSTINHO, VI, 7, 2).

No entanto, para Aristóteles, a essência nem sempre equivale a simples resposta da pergunta “o quê?”, fazendo-se necessário uma análise do que esta sendo questionado, pois, diz Aristóteles:

Quem indica a Essência ora indica a substância, ora uma qualidade, ora uma de outras categorias. Quando, referindo-se a um homem, se diz que ele é um homem ou um animal, entende-se sua Essência como substância. Mas quando, referindo-se à cor branca, diz-se que é branca ou é uma cor, entende-se a Essência como qualidade. Igualmente, quando se faz referência à grandeza de um côvado,

afirmando que ela é a grandeza de um côvado, entende-se que sua Essência é quantidade. O mesmo se diga nos outros casos (ARISTÓTELES, I, 9, 103 b 27).

Assim, podemos entender que a essência não pode ser considerada sempre como substância, porque a ela são cabíveis as qualidades e as quantidades do objeto questionado.

Mas, a nossa primeira definição do que seria essência, também não pode ser considerada absoluta, uma vez que, nem sempre quando se obtém a resposta à pergunta “o quê?” a poderemos considerar a essência da coisa, ou do ser, ou do objeto, porque poderá essa resposta não representar a essência substancial verdadeira, isso porque as respostas nem sempre são apresentadas num mesmo plano. Por exemplo, se se pergunta a um homem o que és? A resposta poderá ser uma qualidade, uma característica ou uma atividade que desempenha como dizer “sou um brasileiro”, ser brasileiro não distingue o homem, poderia não ser brasileiro, e a essência deve ser aquilo que como resposta expresse a impossibilidade de não ser “aquilo”, de começar a sê-lo ou de deixar de sê-lo. A essa pergunta poderá uma resposta corresponder a sua essência substancial de homem, que é “sou um animal racional”, assim expressa o que não pode não ser, é necessariamente. Aristóteles afirma que esta resposta é a única que pode valer como *definição* da essência do homem, ao passo que todas as outras possíveis determinações de essência *não* valem *como* definição porque não dizem o que o homem é de per si ou necessariamente.

A teoria da Essência⁵ de Aristóteles possui peculiaridades que a distingue da teoria da Substância, mas interessante se faz observar que verdadeiramente uma conduz a outro na maioria das vezes, não sendo, no entanto, necessariamente um caminho a ser seguido. Embora possamos registrar que a evolução histórica do termo “essência” tenha inclinado-se a confundir-se com as definições de “substância”, isso ocorre, devido ao fato de, muitas vezes, a linguagem nos trair, mas seria apropriado nos referirmos a essência no sentido, exclusivamente, de essência necessária e não de essência substancial.

⁵ Doutrina da essência substancial ou necessária como base da teoria do conhecimento e da lógica.

Assim, deveremos então ter em mente a distinção entre os dois significados (essência e substância), que segundo Aristóteles deve ser essência como resposta à pergunta "o *quê?*" em qualquer plano e a essência como substância, ou essência necessária. O significado geral e fundamental desse termo pode ser admitido também por outros filósofos, como Guilherme de Ockham que mostra claramente seu significado, um tanto polêmico quanto positivo:

Proposições como 'Sócrates é homem' ou 'Sócrates é animal' não significam que Sócrates tem humanidade ou animalidade, nem significam que a humanidade ou a animalidade está em Sócrates, nem que Sócrates é homem ou animal, nem que o homem ou o animal é uma parte da substância ou da essência de Sócrates, ou uma parte do conceito ou da substância de Sócrates. Significam apenas que Sócrates é na realidade um homem e é na realidade animal, não no sentido de que Sócrates é esse predicado 'homem' e esse predicado 'animal', mas no sentido de que existe alguma coisa pela qual estão o predicado homem e o predicado animal: como quando acontece que esses dois predicados estão por Sócrates (SUMMA LOG, II, 2).

No evoluir da filosofia, ao procurar esclarecer a confusa terminologia com que a filosofia medieval até aquele momento traduzira os termos aristotélicos, S. Tomás dava nova interpretação e novos significados a doutrina da essência como sendo à da substância: "Essência significa algo que é comum a todas as naturezas em virtude das quais entes diferentes são colocados em diferentes gêneros e espécies, assim como a humanidade é a essência do homem, e assim por diante"⁶.

Portanto, fica claro a definição de essência quando tomamos como parâmetros, a resposta à pergunta "o *quê?*", quando esta exprime a substância ou a essência necessária, pois quando dizemos que o homem é animal racional é porque a racionalidade é a essência necessária do homem, verdadeiramente o que nos interessa. Para Aristóteles, podemos perceber que

⁶ Mas, como aquilo em virtude do que a coisa se constitui no gênero e na espécie é o que se entende como a definição que indica o que a coisa é, os filósofos substituíram a palavra essência por *quiddidade*, esse é o motivo pelo qual Aristóteles, no livro VII da *Metafísica*, freqüentemente fala do *quod quid erat esse*, que seria aquilo em virtude do que alguma coisa é o que é." A quiddidade, acrescenta S. Tomás, também é chamada de *forma* ou *natureza*, entendendo-se por este último termo a essência da coisa segundo a ordem ou a ordenação que ela tem para a sua própria atuação, ou seja, nada esta desprovida de atuação própria. Podemos distinguir-lhes dizendo que quiddidade, é assumido como aquilo que é significado pela definição e o termo essência significa que por ela e nela a coisa tem ser" (*De ente et essentia*, 1).

não apenas o ser tem essência, mas as coisas também têm essência. Pode-se dizer que para Aristóteles a essência de uma coisa, em sentido próprio do termo, que a define em seu modo de ser, é a essência necessária.

CONCEITO DE EXISTÊNCIA

O termo “existência” possui definições um pouco menos complexas do que as de “essência”. Mas, é interessante destacar que o que dificulta neste caso é o uso da linguagem adequada, ao nos referirmos a ele. Podemos perceber também que sempre teremos, ligado ao seu uso, a referência a uma esfera limitada do ser ou a possibilidade de delimitá-la. Em geral pode-se dizer que o termo “existência” possui significado próprio no âmbito de cada disciplina do conhecimento, esse significado é explicitamente expresso ou implicitamente definido pelas operações ou procedimentos peculiares a ela (disciplina), e só possuindo validade para aquele determinado campo, raramente servindo a outro.

O termo “existência” pode ser definido como existência de fato, ou seja, aquilo que é na realidade ou subsiste à ela, sendo dessa forma o mais frequentemente, utilizado na história da filosofia. Também por Aristóteles, que utilizava o termo com esse sentido, quando, por exemplo, em suas ideias dizia que: "A ciência dá a razão de ser tanto de uma coisa quanto da sua privação, embora de modo diferente; a razão de ser é de ambas as coisas, mas especialmente daquilo que existe" (*Met.*, IX, 2, 1046 b 6; cf. *De cael.*, II, 14, 247 b 22).

Para Santo Tomás, enquanto essência se confundia com substância, existência é usada com a finalidade de definir a subsistência própria da substância, pois dizia que algo existe não em outra coisa, mas em si mesma, ou seja, algo é existente apenas por si. Daí, tiramos a distinção do que, para ele, é real e o que é acidente de outro real, ou seja, para Santo Tomás, mesmo aquilo que não é "por si" pode ser considerado existente, mas este será considerado um acidente do real.

Em geral, definido o ser ou delimitando-o, a linguagem inclina-se a definição comum de existência. Mas, apesar de ser este um significado geral, podemos também identificar aí um sentido particular do termo, que, por sua

vez, pode desdobrar-se em três outros: o primeiro, como sendo o modo de ser determinado ou determinável, mais utilizado na linguagem científica, se fundam em determinações explícitas ou implícitas da existência, no Direito, por exemplo, uma lei "existe" se foi formulada, aprovada e promulgada nos modos e nas formas previstos na Constituição do Estado, assim um fato existe do ponto de vista jurídico se pode ser "provado" nas formas ou nos modos de lei, e qualificado em conformidade com as próprias leis; o segundo, como o modo de ser real ou de fato, a que comumente utilizamos e nos referimos no início, e; o terceiro, como o modo de ser próprio do homem no mundo, encontrado muito no sistema filosófico do existencialismo que analisa pormenorizadamente esse modo de ser⁷.

No entanto, conceituar "existência" não pode ser considerado para todos os filósofos uma simples definição de subsistência ou determinações limitadas do ser. Há uma problemática sobre ela, quando se verifica a existência referente a realidade do sistema total de entidades, ou seja, tornar a existência particular de um ente numa questão de existência generalizada. O que representou um caráter inevitável do compromisso ontológico, ou seja, da decisão acerca do significado ou das possibilidades de significados que devem ser atribuídos à "existência", nos mais variados campos de conhecimento, desligando-o da simples abordagem linguística, mas sim a elevação de sua análise a uma teoria científica. Mas entende-se que essa abordagem, seria mais adequada ao campo da pesquisa científica, já que na linguagem comum essa definição não nos exige tanta precisão, o que tornaria algumas definições muito complexas, quando referentes a entes abstratos como é o caso dos valores, por exemplo.

Portanto, com relação a "existência", cabe-nos observar a distinção dada na abordagem mais geral do termo, do modo de ser determinado ou determinável, do modo de ser real ou de fato e do modo de ser próprio do homem no mundo.

⁷ Já nos séculos XVIII e XIX a alguns filósofos ocorreu insistir no significado específico da E. como modo de ser das criaturas finitas, dos entes criados. Vico observou que Descartes não deveria ter dito "Penso, logo *sou*", mas "Penso, logo *existo*"; a existência é o modo de ser próprio da criatura, porquanto significa estar embaixo ou em cima, e supõe substância, ou seja, o Ser divino que a sustem e a cria (*Prima Risp. Ai Giorn. dei Lett.*, § 3).

ESSÊNCIA X EXISTÊNCIA

Essa doutrina, que se fundamenta na distinção real de “essência” e de “existência” foi muitas vezes considerada de origem aristotélica. Mas na realidade ela é típica da Escolástica, pode-se dizer que nada tem de aristotélico, já que contradiz um dos ideais fundamentais da filosofia de Aristóteles, o que identifica o ser ou a existência com o ato e o ato com a forma, assim não há forma que não seja ato, isto é, que não exista.

Na realidade, a doutrina foi introduzida e utilizada inicialmente por Avicena com propósitos diferentes, do encontrado no aristotelismo. Avicena introduziu-a como elemento da doutrina da necessidade universal. Para ele, Deus é necessário “em si mesmo” porque nele essência implica existência, da mesma forma que as coisas finitas são necessárias “por outra coisa”, porque, como sua essência não implica existência, elas existem apenas em virtude da necessidade divina.

Seus criadores foram os neoplatônicos árabes, especialmente Avicena, mas foi adotada por Maimônides, que deu novo entendimento a doutrina, pois para ele, a existência deveria ser reduzida a um simples acidente da essência, o que dará suporte a Santo Tomás na definição de existência e de acidente em um plano distinto ao de Maimônides, já que é justamente Santo Tomás quem dá a melhor expressão a doutrina, resgatando o sentido dado por Avicena, negando que a existência fosse apenas um acidente da essência. Daí, expormos a doutrina dessa visão tomista, já que além do entendimento de existência não apenas como acidente, considera a essência como essência necessária ou substancial como Aristóteles.

Para Santo Tomás, a essência é a “*quiddidade*” ou “*natureza*” que abarca tudo que está expresso na definição da coisa, tanto sua forma com sua matéria. Assim, quando dizemos que a essência do homem é ser um animal racional, essa definição comporta ao mesmo tempo, tanto a racionalidade humana como forma, como a animalidade como matéria. De onde é possível distinguir o ser ou a existência da coisa definida, já que tanto o ser quanto sua existência são algo diferente da essência, uma vez que podemos saber o que é o ser sem nem mesmo saber se ele existe, como por exemplo, sabemos o que é um “cavalo” e sabemos o que é um “unicórnio”, mas sabemos que o cavalo

existe enquanto sabemos que o unicórnio não existe ou se existe não sabemos. Portanto, entes como o “cavalo” ou o “unicórnio” são compostas de essência (matéria e forma) e existência, separáveis entre si. Podemos dizer que nelas, essência e existência estão entre si assim como potência e ato para Aristóteles onde a essência está para a potência em relação à existência, já a existência está para o ato da essência. Para Santo Tomás, a única exceção reside no Ser (Deus), porém, a sua essência é a própria existência, porque Deus “não só é a sua essência como também o seu próprio ser; se assim não fosse, ele existiria por participação, como as criaturas, como as coisas finitas, e não seria o ser primeiro e a causa primeira” (*Santo Tomás, h., I, q. 3, a. 4*).

Outros entendimentos são dados a essa doutrina, uma das mais importante é a dada por Guilherme de Ockham que define a essência lhes relacionando imediatamente ao ser ou ao não-ser, como a existência e não existência. Para ele os dois termos significaria, absolutamente a mesma coisa.

Mas, essa doutrina é típica da escolástica, já nos períodos seguintes não tem muito intento filosófico, só é retomada por doutrinas intrinsecamente ligadas a ela, principalmente na nova tomada de interpretações teológicas sobre a metafísica e a lógica de Aristóteles. E nesse liame cabe o destaque a Santayana que se debruçou a questão da causa como a parte ativa e prática do homem, principalmente suas necessidades. Mas, para Santayana, aquilo em que se crê não é essência pura, mas uma coisa existente, e as coisas existentes para ele se dão, única e exclusivamente, na experiência animal, ou seja, numa relação de ação e reação do organismo com o mundo, a relação de existência do ser no mundo. Esta distinção é voltada para distinguir, por sua vez, o Ser criador do ser das criaturas, que assim como Alberto Magno e Santo Tomás exprime uma necessidade divina como identidade entre essência e existência em Deus. Para Santo Tomás: “Deus. é o ser cuja essência implica existência.” pois, é inegável que algo exista por participação, sem que lhe traga da coisa original a essência. Essa essência é tida em correspondência com essência necessária, uma vez que a necessidade é, em outros termos a definição da própria natureza de Deus.

Portanto, a doutrina que distingue “essência” de “existência”, apesar das inúmeras abordagens, alcança uma concessão entre todas, pois, que é passivo de todos que a essência é precedente, necessariamente, a existência, e a

essência pode, em alguns casos, ser confundida com substância, mas seu sentido real de necessidade se converte a ideia de Deus.

CONCLUSÃO

Este trabalho ponderou por apresentar, conceitos da filosofia aristotélica-tomista, devido ao fato de ser Aristóteles e Santo Tomás de Aquino os principais expoentes, idealizadores da doutrina, apesar das contribuições efetivas de Avicena, Maimônides e Ockhan em seu devidos períodos.

Contudo os principais entendimentos que adquirimos foram perceber as essências como objetos da atividade cognoscitiva, uma vez que constituem uma vastidão infinita de que faz parte tudo o que pode ser percebido, imaginado, pensado ou, de algum modo, experimentado, já que entendemos que não existem em nenhum espaço ou tempo, não têm substância nem lados ocultos, mas seu ser resolve-se em seu aparecer, relembrando a doutrina do ser real e do ser aparente. A ideia de que as essências constituem um dos termos do dualismo metafísico de Avicena, Maimônides e Santayana, sendo o outro a existência, identificada como a matéria ou a forma em alguns casos. Mas, não podemos assim dizer que a essência implique em algum ser, na verdade são os objetos, as coisas, o ser, a matéria, a forma que implicam essências distintas, independentemente de serem eles existentes ou não.

Portanto, podemos dizer que, originalmente com as definições de Aristóteles, e posteriormente com a criação e utilização da doutrina em si, por Avicena e, principalmente, por Santo Tomás de Aquino, chega-se a uma distinção comum de que há entre a essência e existência um instrumento para a defesa do princípio teológico que diz que tudo que existe, existe por necessidade, e essa necessidade é Deus, essência necessária de todas as coisas, de todas as criaturas, restando o consenso de que Essência de tudo é Deus.

ASBTRACT

This work represents a historical-conceptual, in philosophy and, more precisely, the Aristotelian-Thomist metaphysics, on the main provisions found about the terms "essence "and "existence". Mostly, what we have been exposed by the

Scholastic philosophers of the period, especially Thomas Aquinas, who gave significant emphasis to this doctrine, though he had already been well exposed by Neoplatonists Arabs, Avicenna highlighting the creator of the doctrine that distinguished between the terms, and expounded in his *Metaphysics II*, who followed St. Thomas in return presented the amendment, in regard to that distinction, for Maimonides, a contemporary of Avicenna, which reduced the existence of a simple accident of essence.

Keywords: Essence. Existence. Metaphysics.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*; Tradução Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução Joaquim Dornelles. Madri: Gredos, 1987;

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

MAIMÔNIDES. *Guia de descarriados*. Tradução Fernando Valera. Barcelona; Buenos Aires: Ediciones Obelisco, 1997.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Paulus, 1980.

OCKHAM, Guilherme de. Seleção de textos. In.: *Coleção os pensadores*. Tradução Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (vol. VIII).